

ESQUARTEJAMENTO DA PETROBRAS O GOLPE DESTRUINDO O DESENVOLVIMENTO

Nos governos Lula e Dilma, a PETROBRAS esteve no centro do projeto de desenvolvimento do país. A petrolífera estatal brasileira teve papel decisivo no crescimento econômico do país e na recuperação da crise iniciada em 2008. Seu plano de investimentos foi decisivo para os projetos do PAC. Sua política de conteúdo nacional foi fundamental para a reativação da indústria naval. Sua política de compras públicas foi essencial para a expansão da engenharia pesada. Sua política de pesquisa e desenvolvimento foi essencial para a descoberta do pré-sal, que permitiu a criação de um fundo social para a educação, a ciência e a saúde. Sua força de trabalho crescia, motivada pelo papel de âncora de desenvolvimento do país e de crescimento nacional e internacional da empresa, que se tornava uma das mais importantes do mundo.

A descoberta do pré-sal garantiu soberania e segurança energética ao país e foi resultado de (i) uma visão geopolítica que tratou os recursos naturais como bens estratégicos; (ii) uma visão macroeconômica que colocou a cadeia produtiva de óleo e gás no centro de um projeto de desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico; (iii) de uma visão microeconômica que tratou a PETROBRAS como empresa integrada, investidora e indutora.

Os governos Temer e Bolsonaro desfizeram o arranjo econômico-institucional exitoso que possibilitou a descoberta do pré-sal. O petróleo voltou a ser tratado como mera *commodity*, a estrutura industrial-produtiva já frágil se mostra ainda mais combalida, a PETROBRAS vai sendo desmontada, desestatizada e desnacionalizada. A atual política energética e petrolífera brasileira minimiza os ganhos do país e da PETROBRAS e maximiza os ganhos de petrolíferas estrangeiras.

PRIVATIZAÇÃO DA RLAM - PERDA HISTÓRICA E PATRIMONIAL

A PETROBRAS finalizou a venda da Refinaria Landulpho Alves e de seus ativos logísticos associados. A privatização da RLAM (BA) marca uma perda histórica e patrimonial. Histórica, pois essa foi a primeira refinaria nacional de petróleo, criada ainda na década de 1950 impulsionada pelo sonho da soberania energética. Patrimonial, pois estima-se que a operação de 1,65 bilhão dólares subvalorizou a refinaria em pelo menos -35% de seu valor efetivo.

Atualmente, a RLAM responde por 14% da capacidade total de refino de petróleo do Brasil, inclui quatro terminais de armazenamento e 669 quilômetros de malha dutoviária.

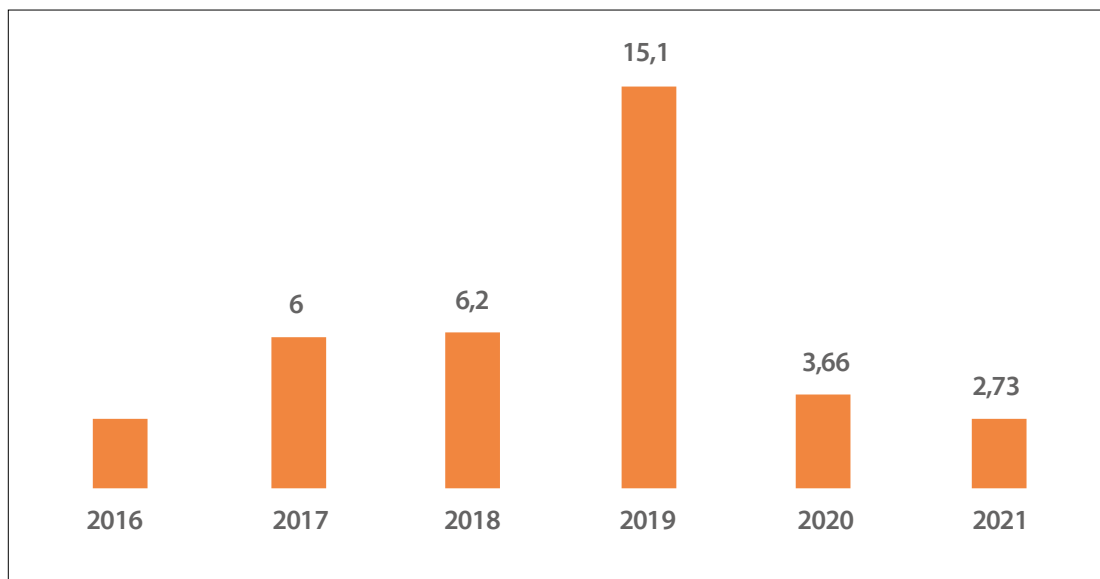
Contraditoriamente, sob o argumento de que as empresas estatais são ineficientes a RLAM foi vendida para um fundo soberano estatal dos Emirados Árabes, o Mubadala Capital. Equivocadamente, sob o argumento de defesa da concorrência, a venda da RLAM pode abrir espaço para a criação de monopólios internacionais na região. Esta é apenas a primeira das oito refinarias que a PETROBRAS pretende vender nos próximos anos, reduzindo pela metade a capacidade de refino da petrolífera brasileira e do país.

O ESQUARTEJAMENTO DA PETROBRAS

A PETROBRAS já foi uma grande empresa integrada de energia atuando internacionalmente. Hoje, caminha para ser uma média empresa enxuta de exploração e produção do pré-sal apenas na costa do eixo RJ-SP. A petrolífera brasileira vive dos ganhos das descobertas feitas no pré-sal, e não realizou mais nenhuma grande descoberta significativa de óleo. Se não fossem os Contratos da Cessão Onerosa de 2010, que resultaram nos campos de Búzios, Atapu e Sépia, a produção da empresa estaria em profundo declínio. As reservas provadas, que já estiveram em 12.883 MMboe em 2010, caíram para 8.815 MMboe em 2020.

Desde o golpe, a PETROBRAS está sendo desmontada como empresa integrada de energia. Ela está sendo convertida em uma empresa enxuta, que pretende atuar apenas nas áreas de exploração e produção em águas ultraprofundas do pré-sal. Com isso, a renda petroleira do Brasil vai sendo transferida:

GRÁFICO 1: TRAJETÓRIA DO PLANO DE DESINVESTIMENTOS PETROBRAS, EM US\$ BILHÕES (2016-2021)



Fonte: Relatórios anuais Petrobras FORM 20F. Elaboração própria.

2016		2017		2018	
Ativo	Valor	Ativo	Valor	Ativo	Valor
Petrobras Argentina	0,1	Petrobras Chile	2,2	Campo de Iara e Lapa	2,2
Bloco BMS8 – Bacia de Santos	2,5	Guarani S.A.	0,2	São Martinho S.A.	0,14
Nansei Seikyu	0,2	São Martinho S.A.	0,1	Campo de Azulão	0,06
		NTS (90% de participações)	5,2	Suape e Citepe	2,9
				Campo de Lapa	0,05
				Polos de Pampo e Enchova	0,851
	2,8		6		6,201

2019		2020		2021	
Ativo	Valor	Ativo	Valor	Ativo	Valor
Petrobras Paraguai	0,38	Petrobras Oil & Gas B.V.	1,53	Campo de Frade	0,1
Pasadena	0,56	Campo Tucano Sul	0,003	Petrobras Uruguai	0,062
TAG (90% das participações)	8,72	Polo Macau	0,191	Campo de Lapa	0,05
Campo de Baúna	0,66	Polos de Pampo e Enchova	0,451	Campo de Pescada, Arabaião e Dentão	0,002
BR Distribuidora (33% de participações)	2,55	Campos Ponta do Mel e Redonda	0,007	Campo Fazenda Belém e Icapuí	0,035
Campo de Maromba	0,09	TAG (10% das participações)	0,205	Polo Rio Ventura	0,094
Belém Bioenergia Brasil	0,006	Polo Lagoa Parda	0,009	Polo Cricaré	0,155
Campos de Pargo, Paropeba e Vermelho	0,37	Campo de Baúna	0,38	Polo Recôncavo	0,25
Polo Lagoa Larga	0,009	Polo Tucano Sul	0,003	Polo Remanso	0,03
Campo de Frade	0,1	Liquigás Distribuidora	0,879	Eólica Mangue Seco 1	0,0082
Campos de produção terrestre RN	0,38			Eólica Mangue Seco 2	0,007
Campo de Tartaruga Verde e Espadarte	1,29			Eólica Mangue Seco 3	0,007
				Eólica Mangue Seco 4	0,007
				Campos de Peroá e Congoá	0,055
				Polo Miranga	0,22
				RLAM	1,65
	15,115		3,658		2,7322

- do Estado para o mercado, por meio das desestatizações do Sistema PETROBRAS e o fim da obrigatoriedade de atuar como operadora única do pré-sal;
- do nacional para o internacional, com as desonerações fiscais para grandes petrolíferas e o fim da cessão onerosa;
- do público para o privado, com a abertura para múltiplos operadores e repasses de reajustes de preços instáveis e abusivos dos combustíveis;
- da produção para o rentismo, com a queda de investimentos, do conteúdo local e a antecipação de pagamento para litígios de acionistas de fora;
- do longo prazo para o curto prazo, com leilões de óleo e gás em ritmo acelerado e os óbices ao fundo social do petróleo.

Este processo está ancorado no plano de desinvestimentos da petrolífera brasileira. Até 2020, foram vendidos ativos nos seguintes segmentos: gás e logística (Gaspetro, NTS e TAG), distribuição (BR e Liquigás), renováveis (PBio, BSBios, Guarani, Eólicas de Mangue Seco 1, 2, 3 e 4), termelétricas (térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, Bahia 1, Arembepe e Muricy), petroquímica (Suape e Braskem), fertilizantes (Fafen-BA, Fafen-SE, Araucária Nitrogenados e UFN-III), além de campos de terra e águas rasas na área de exploração e produção. Campos maduros na Bacia de Campos estão também sendo privatizados.

Entre 2016 e 2020, a PETROBRAS já privatizou o equivalente a 3,7 bilhões de dólares. Em 2021, há previsão de que outros 2,7 bilhões de dólares em desinvestimentos devam ser realizados, além da venda de oito das 13 refinarias da companhia. A PETROBRAS ainda pretende vender a RNEST, REPAR, REFAP, REGAP, REMAN, LUBNOR e SIX.

PRIVATIZAÇÃO DO REFINO: EXPORTAÇÃO DE ÓLEO CRU E IMPORTAÇÃO DE DERIVADOS

Para levar a cabo essa política de desmonte, a PETROBRAS tem deixado suas refinarias deliberadamente operando com capacidade ociosa e com carga de processamento, em média, de 77%. Além disso, o mercado brasileiro tem sido aberto para importadores, cuja participação no mercado cresceu cerca de 35% nos últimos anos. Com essa política, o Brasil exporta óleo cru e importa derivados, de maior valor adicionado.

Esta estratégia está associada à política de Preço de Paridade Internacional (PPI), que reajusta diesel, gasolina e gás com base no preço internacional do petróleo e na cotação do dólar. Na prática, quando o preço do petróleo aumenta, as elevações são repassadas até chegarem ao consumidor; mas quando o preço do petróleo diminui, as reduções são represadas pelos ganhos dos importadores e pelas margens de lucro de um mercado de distribuição oligopolizado nacionalmente e de um mercado de revenda cartelizado regional e localmente.

O resultado desta política de preços são combustíveis e fretes mais caros, com piora na qualidade de vida das famílias e dos trabalhadores. As greves e ameaças de greves de caminhoneiros e petroleiros, as paralisações e reivindicações de trabalhadores de aplicativos, bem como a carestia do botijão de gás e dos alimentos, guardam relação com essa desastrosa política de preços.

Quem paga a conta são os consumidores. Só em 2021, a gasolina acumula aumento de mais de 34% e o diesel, de mais de 27%. O preço médio do gás ultrapassou a casa dos 70 reais.

Quem paga a conta são os trabalhadores. Entre 2015 e 2019, o efetivo da companhia caiu de 56.847 trabalhadores para 46.416 trabalhadores.

Quem paga a conta é o meio ambiente, devido ao aumento na quantidade de vazamentos de óleos e derivados. Em 2018, vazaram 18,47m³ de óleos e derivados, em 2019 essa quantidade subiu para 415,34 m³, em 17 ocorrências, sobretudo em áreas *offshore*.

Quem paga a conta é a ciência, com a redução dos investimentos em PD&I. Segundo a Energy Evaluate, a petrolífera brasileira já foi a empresa do setor que mais investiu PD&I. Entre 2014 e 2018, a PETROBRAS investiu 9,5 bilhões de dólares em PD&I. Em 2019, o investimento foi de 100 milhões de dólares em projetos de descarbonização e 70 milhões de dólares para projetos em energias renováveis. A empresa que já investiu em grandes *clusters* de articulação empresa-centros de pesquisa-governo hoje aposta em inovações a partir de *startups*. A PETROBRAS havia articulado redes de pesquisas com centenas de pesquisadores em mais de 70 universidades e centro de pesquisas no Brasil, ampliando as condições de pesquisa básica no país, que poderia contribuir para o desenvolvimento mais amplo, além de resolver as questões tecnológicas específicas do setor de petróleo e gás. Tudo isso está sendo desmontado depois de 2015. Em 2019, não houve projetos aprovados no Programa P&D do setor energia elétrica.

OPERAÇÃO LAVA JATO E DESMONTE DA PETROBRAS

Sob o pretexto de combater a corrupção, a Operação Lava Jato custou 4,4 milhões de empregos ao país, subtraiu o equivalente a 3,6% do PIB, fez com que o Estado deixasse de arrecadar 47,4 bilhões de reais em impostos, além de perder 20,3 bilhões de reais em contribuições sobre a folha de pagamentos e reduzir a massa salarial do país em 85,8 bilhões de reais.

A Lava Jato destruiu o capital produtivo nacional nas áreas de óleo e gás, engenharia naval, engenharia pesada e construção civil. Foi também fundamental na construção e difusão do discurso de que a PETROBRAS era uma empresa corrupta porque estatal e integrada.

Nesse sentido, a Operação ajudou a viabilizar as gestões neoliberais e as privatizações que vendem ativos da PETROBRAS para petrolíferas estatais, empresas estrangeiras e fundos financeiros.

Esse método de enfrentamento à corrupção expôs indevidamente a PETROBRAS às autoridades monetárias e judiciais dos EUA. A petrolífera brasileira teve que desembolsar cerca de 14,5 bilhões de reais para acionistas estrangeiros em contenciosos. A Lava Jato criminalizou o plano de investimentos da PETROBRAS: a petrolífera que chegou a investir cerca de 43 bilhões de dólares em 2010, não investiu mais do que 8 bilhões de dólares em 2020. A Operação estimou que a PETROBRAS perdeu 6,2 bilhões de reais com ilícitos, mas as gestões neoliberais promoveram perda de mais de 110,18 bilhões de reais com *impairments* (operações contábeis de reavaliação de ativos).

NOVA LEI DO GÁS:

ENTREGA ÀS EMPRESAS PRIVADAS

A nova regulação para o segmento de gás natural, aprovada em 2020 (Lei 14.134/2020), tira a PETROBRAS do setor, continuando o processo de desmonte do setor, que tinha sua infraestrutura de transporte e logística, além da produção e distribuição, muito dependentes da empresa.

Haverá privatização e saída da PETROBRAS, que está vendendo toda sua participação nos gasodutos, abrindo suas unidades de processamento de gás, além da proibição às outras produtoras de gás de vender seu produto para a PETROBRAS, que também deixará de participar nas distribuidoras de gás natural.

Sem a empresa âncora, os grandes consumidores esperam obter melhores resultados, aproveitando-se dos investimentos já realizados. Não há, contudo, nenhuma garantia de que serão realizados novos investimentos necessários para a densificação da malha de gasodutos e ampliação das fontes de suprimento do gás natural.